

ANTÔNIO MARCOS VIEIRA DE FARIA

# COVID-19 E INADIMPLENTO CONTRATUAL NO CÓDIGO CIVIL E NO CDC

TEORIA DA IMPREVISÃO • ONEROSIDADE EXCESSIVA • LESÃO  
LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA • CDC • REVISÃO DOS CONTRATOS



Copyright © 2020 YK Editora

ISBN: 978-65-88043-02-8

Direção de Arte e Diagramação: Thiago Marchetti Holanda  
Capa e Produção Gráfica: Joint Design e Tecnologia  
Assistente de Produção: Fernando Gomez  
Impressão e Acabamento: Expressão e Arte

1181173

---

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Eliana Martins Pereira - CRB 8ª/8354

Faria, Antônio Marcos Vieira de

COVID-19 e Inadimplemento Contratual no Código Civil e no CDC /  
Antônio Marcos Vieira de Faria. - São Paulo: YK,  
2020.

136 p.

ISBN: 978-65-88043-02-8

1. Direito Civil 2. Direito Privado 3. Código Civil  
I. Autor II. Título.

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

I – Direito Brasil – I. Título.

CDU 347(81)

Data de fechamento da edição: 10/07/2020



Av. Liberdade nº 21, 3º andar  
Liberdade - São Paulo - SP  
(11) 3105-5895

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da YK Editora. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. EVOLUÇÃO DO CONTRATO – DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO SOCIAL .....</b>   | <b>15</b> |
| 1.1. Concepção do contrato no Estado liberal .....  | 15        |
| 1.2. O império da autonomia da vontade no contrato liberal .....  | 18        |
| 1.3. Os princípios incidentes no contrato liberal.....  | 21        |
| 1.3.1. Princípio da liberdade para contratar .....  | 22        |
| 1.3.2. Princípio da força obrigatória do contrato e consecutiva na revisão<br>contratual.....   | 22        |
| 1.3.3. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato aos contratantes.....  | 23        |
| 1.4. A transformação da concepção liberal de contrato para a concepção social<br>de contrato em simetria com a transformação do Estado liberal para o Estado<br>social..... | 23        |
| 1.5. A concepção social de contrato – dirigismo contratual. ....  | 27        |
| 1.6. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Código de Defesa<br>do Consumidor e a concepção social de contrato. ....                                     | 31        |
| <br>  |           |
| <b>2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE INTERPRETAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO<br/>DO CONSUMIDOR. ....</b>   | <b>35</b> |
| 2.1. Os fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.....   | 35        |
| 2.2. O direito do consumidor adstrito à soberania. ....   | 36        |
| 2.3. O direito do consumidor adstrito à cidadania. ....   | 37        |
| 2.4. O direito do consumidor adstrito à dignidade da pessoa humana.....   | 38        |
| 2.5. O direito do consumidor adstrito aos valores sociais do trabalho e da livre<br>iniciativa. ....  | 40        |
| 2.6. O direito do consumidor adstrito ao pluralismo político.....   | 41        |
| 2.7. As noções de princípio jurídico e de interpretação.....  | 41        |
| 2.8. Os princípios constitucionais de proteção ao consumidor. ....  | 44        |
| 2.9. Os princípios infraconstitucionais de proteção ao consumidor. ....   | 47        |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>3. PRINCÍPIOS, NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....</b>                 | <b>49</b> |
| 3.1. Soberania (art. 1.º, inciso I e art. 170, inciso I da CF/88).....  | 49        |
| 3.2. Dignidade da pessoa humana (art. 1.º, inciso III da CF/88). ....   | 50        |
| 3.3. Liberdade (art. 5.º, “caput”; art. 1.º inciso IV e art. 3.º inciso I). ....  | 50        |
| 3.4. Justiça (art. 3.º inciso I).....   | 50        |
| 3.5. Solidariedade (art. 3.º inciso I).....   | 51        |
| 3.6. Isonomia ou Igualdade (art. 5.º, “caput”).....   | 52        |
| 3.7. Direito à vida (art. 5.º, “caput”). ....   | 54        |
| 3.8. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5.º, inciso X). ....  | 54        |
| 3.9. Informação (art. 220, “caput”; art. 5.º, XIV e 37 “caput”). ....   | 55        |
| 3.10. Ordem econômica (art. 170, incisos I a IX).....   | 57        |
| 3.11. Publicidade (art. 5.º, inciso LX; art. 22, inciso XXIX; art. 37 § 1.º; art. 220 § 4.º e 220 § 3.º, incisos I e II)..... | 59        |
| <br>  |           |
| <b>4. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÕES DE CONSUMO. ....</b>  | <b>59</b> |
| 4.1. Abrangência dos princípios e dos objetivos da política nacional de relações de consumo. ....                             | 59        |
| 4.2. Princípio do <i>reconhecimento</i> da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (art. 4.º, inciso I, CDC)..... | 60        |
| 4.3. Princípio da intervenção estatal (art. 4.º, inciso II, IV, V, VI e VII CDC).....   | 62        |
| 4.4. Princípio da garantia de adequação (art. 4.º, inciso II, “d” e V, CDC).....  | 63        |
| 4.5. Princípio da harmonização e compatibilização (art. 4.º, inciso III, CDC). ....   | 64        |
| 4.6. Princípio da educação, informação e estudo nas relações de consumo (art. 4.º, inciso IV e VIII, CDC). ....               | 65        |
| <br>  |           |
| <b>5. A CLÁUSULA “REBUS SIC STANTIBUS” PELOS TEMPOS .....</b>   | <b>68</b> |
| 5.1. Esboço conglobando. ....   | 68        |
| 5.2. “ <i>rebus sic stantibus</i> ” no direito romano. ....   | 71        |
| 5.3. “ <i>rebus sic stantibus</i> ” no direito canônico.....  | 73        |
| 5.4. A “ <i>rebus sic stantibus</i> ” nos tempos modernos. ....   | 75        |

|   |           |
|---|-----------|
| 5.5. A “ <i>rebus sic stantibus</i> ” no Brasil moderno.....  | 77        |
| <b>6. TEORIAS REVISIONISTAS A PARTIR DA CLÁUSULA “REBUS SIC STANTIBUS”..</b>  | <b>83</b> |
| 6.1. Considerações iniciais.....  | 83        |
| 6.2. Teoria que fundamenta a aplicação da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ” na<br>pressuposição da vontade. ....  | 84        |
| 6.3. Teoria que fundamenta a aplicação da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ” na<br>superveniência ou vontade marginal. ....  | 85        |
| 6.4. Teoria que fundamenta a aplicação da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ” na<br>imprevisão.....   | 86        |
| 6.5. Teoria que fundamenta a aplicação da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ” na base<br>do negócio jurídico.....   | 88        |
| 6.6. Teoria que fundamenta a aplicação da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ” nas<br>justiça e equidade .....   | 89        |
| 6.7. Teoria que fundamenta a aplicação da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ” na<br>onerossidade excessiva superveniente. ....  | 90        |
| <b>7. A ONEROSIDADE EXCESSIVA EM RAZÃO DE FATO SUPERVENIENTE QUE<br/>TORNE A PRESTAÇÃO EXCESSIVAMENTE ONEROSA NOS CONTRATOS DE<br/>CONSUMO DE EXECUÇÃO DIFERIDA OU CONTINUADA. ....</b> | <b>92</b> |
| 7.1. Relação de consumo.....  | 92        |
| 7.2. A revisão por onerosidade excessiva superveniente no âmbito do Código<br>de Defesa do Consumidor não se subsume a nenhuma outra teoria<br>anteriormente formulada.....             | 94        |
| 7.2.1. A doutrina e a teoria revisionista clássica “ <i>adotada</i> ” pelo Código de Defesa do<br>Consumidor.....   | 97        |
| 7.2.2. A doutrina e a teoria revisionista não clássica “ <i>adotada</i> ” pelo Código de Defesa<br>do Consumidor .....  | 104       |
| 7.3. O direito positivo da superveniente onerosidade excessiva consumerista...  | 112       |
| 7.4. Requisitos positivados da superveniente onerosidade excessiva<br>consumerista.....   | 113       |
| 7.4.1. Relação de consumo.....  | 113       |
| 7.4.2. Contrato de execução diferida ou continuada.....   | 113       |

|   |            |
|---|------------|
| 7.4.3. Fato superveniente .....   | 113        |
| 7.4.4. Prestação excessivamente onerosa para o consumidor.....  | 115        |
| 7.5. Violação da boa-fé objetiva pelo fornecedor que não oferta a revisão extrajudicial do contrato de consumo, visando manter o equilíbrio material das prestações contratuais.....  | 117        |
| 7.6. Fundamentos da revisão por fato superveniente que torne a prestação excessivamente onerosa para o consumidor. ....   | 118        |
| <b>8. OS SISTEMAS REVISIONISTAS DO DIREITO BRASILEIRO SÃO APTOS PARA O REEQUILÍBRIO MATERIAL DAS PRESTAÇÕES AFETADAS PELA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 .....</b>  | <b>119</b> |
| 8.1. Os sistemas do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil e a ingerência do Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) e da Lei n.º 13.874/2019 – Lei de Liberdade Econômica – na revisão dos contratos em razão de fato superveniente que torne a prestação excessivamente onerosa..... | 119        |
| 8.2. A aparente existência de dois sistemas revisionistas por fato superveniente no âmbito do próprio Código de Defesa do Consumidor: fato superveniente que torne a prestação excessivamente onerosa, lesão consumerista e lesão no Código Civil. ....   | 124        |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>   | <b>129</b> |